

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



PRADO Júnior, Caio da Silva (São Paulo, Brasil, 1907 - 1990)

Nascido no seio de abastada família de origem portuguesa, estabelecida em São Paulo, desde o século XVIII, desfrutou de vida confortável e estável, decorrente da origem e posição social na aristocracia cafeeira, detentora também de investimentos diversificados em comércio, indústria e finanças. Os estudos e a formação escolar obteve com preceptores particulares, no colégio de jesuítas e em Eastbourne, na Inglaterra. Em 1924, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, participando ali do movimento estudantil e de oposição aos ditames políticos do Partido Republicano Paulista, na esfera estadual e nacional. Ao término do curso excursionou em países da Europa e do Oriente Médio. Apoiou o movimento armado que conduziu Getúlio Vargas à chefia do Poder Executivo, em outubro de 1930, desempenhando ações específicas antes e posteriormente à vitória do levante rebelde. Em 1931, encontra-se engajado na luta de classes, na leitura de autores socialistas e apoio ao movimento comunista internacional. Em 1933 visitou a União Soviética, em companhia da esposa, por iniciativa pessoal e com recursos próprios. Durante curto período trabalhou como advogado e matriculou-se no curso de doutorado na Faculdade de Direito, abandonando logo ambas pretensões. Em 1935 estava inscrito no curso de História e Geografia, na Universidade de São Paulo (USP), instituição criada no ano anterior. Era fluente nos idiomas inglês e francês, fato que lhe possibilitou maior aproximação junto aos professores estrangeiros, particularmente os franceses, contratados para instaurar o ensino superior de Humanidades: Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, entre outros. A experiência marcou definitivamente sua atuação profissional, tornando-se intelectual crítico e atuante no cenário político e cultural brasileiro, entre 1930 e 1980. Em duas ocasiões procurou ingressar na universidade como professor. A primeira, em 1954, em concurso de Livre Docência na cadeira de Economia Política, na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi aprovado mas não seria designado para o corpo docente da instituição. A segunda, em 1969, após as cassações de professores na USP, concorrendo à cadeira de História do Brasil. Desta vez o concurso sequer foi realizado. A participação no movimento comunista, desde a juventude até o fim da vida, valeu-lhe prisões, perseguições, censuras e restrições sociais e ideológicas. Viveu sem ostentação e a condição econômica familiar permitiu-lhe atuar com independência intelectual, material e política. Autor de 14 títulos nas áreas de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

história, geografia, viagens, política, economia, filosofia e direito, foi editor de livros e de revistas. Seus livros conheceram edições em inglês e espanhol. Militante no Partido Comunista do Brasil (PCB), foi dirigente paulista da Aliança Nacional Libertadora, agremiação pluriclassista de combate ao fascismo, presidida por Luiz Carlos Prestes, em 1935. Preso no mesmo ano, foi solto em 1937 e seguiu para a Europa, de onde regressou dois anos depois, com o prenúncio de novo conflito bélico. Elegeu-se deputado estadual para integrar a Assembleia Constituinte de São Paulo, em 1947. Cassados em 1948, os comunistas brasileiros atuavam clandestinamente na vida política nacional, até 1985. Em 1943, criou a Editora Brasiliense, pela qual publicou livros de sua autoria, de escritores e cientistas sociais nacionais e estrangeiros. Caio Prado foi um dos principais animadores da revista *Fundamentos*, surgida em 1948, após a cassação do registro do PCB. Idealizou e editou a *Revista Brasiliense*, expressão intelectual e política de nacionalismo dissidente da linha oficial comunista e com circulação regular entre 1955 e 1964, quando foi fechada pelos militares golpistas. A publicação do livro *A revolução brasileira*, em 1966, contendo duras críticas ao comportamento político dos setores nacionalistas e dos comunistas antes do golpe militar, rendeu-lhe notoriedade, premiação e sucessivas reedições. Sob a ditadura militar (1964-1985) viveu retirado, atento aos debates políticos e culturais, nos quais manifestava opiniões claras e incisivas, o que lhe valeu nova temporada na prisão e breve estada no Chile, na década de 1970. No retorno ao Brasil recolheu-se à vida familiar, estudos e ao trabalho na Editora Brasiliense. A doença logo o privaria da participação ativa nas mudanças políticas que o país experimentou nos anos 1980. Faleceu em 1990.

Os estudos históricos de Caio Prado Júnior são estreitamente vinculados à sua militância comunista. Aos 26 anos publicou *Evolução política do Brasil*, em edição financiada pelo autor, com circulação restrita e que alcançou repercussão entre os críticos nos jornais e nos meios partidários e intelectuais. Os traços inovadores da obra valeriam ao historiador o epíteto de iniciador da interpretação da história do Brasil segundo os métodos do materialismo histórico. O pioneirismo corresponde aos fatos, com a exceção de esparsos e genéricos artigos e ensaios publicados por militantes do PCB na década de 1920, desprovidos de pesquisa e de rigor analítico, confinados em pequeno círculo de leitores. Dividido em quatro capítulos, o livro realizou a avaliação sumária dos traços distintivos da colonização portuguesa, as turbulências políticas inauguradas com a vinda da família real e da sede da monarquia para a sua maior possessão nos trópicos, caracterizadas sob a égide da Revolução, e por último, o período imperial, no século XIX, até a proclamação da República, em 1889. A historiografia portuguesa está presente nos dois primeiros capítulos, com João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, que fornece as balizas interpretativas para a periodização da colonização, ao lado dos três volumes da obra comemorativa, organizada por Carlos Malheiros Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro, *História da colonização portuguesa do Brasil*, publicada em 1921, e que os abastece de informações sobre a ação colonizadora desde os primórdios. A atenção aos historiadores portugueses decorria de dois fatores. O primeiro era, naturalmente, dado pela



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

imposição temática do estudo da colonização portuguesa. O segundo provinha da busca da renovação estética e intelectual, de orientação vanguardista, pulsante no Brasil desde a década de 1920. Tratava-se de repensar a filiação portuguesa da sociedade e da cultura brasileira, em nome da identidade e da especificidade nacional. E será com esta motivação e preocupação que o estudo da formação colonial permanecerá na obra do historiador, marcando-a definitivamente. O livro privilegiou a compreensão do fracasso das rebeliões populares no Brasil do século XIX, razão pela qual a metade de suas páginas está destinada ao capítulo denominado “A revolução”. O capítulo aborda a revolução do Porto, a da independência do Brasil e três grandes insurreições que, entre 1831 e 1848, contaram com reconhecida participação e reivindicações populares: Cabanos, no Pará, Balaiada, no Maranhão, e a Praieira, em Pernambuco. As causas das mudanças e das continuidades na vida política nacional e as perspectivas de transformação social radical das hierarquias e estruturas de poder estiveram na pauta dos debates que povoaram as décadas de 1930 e 1940, no Brasil, sob o impacto da revolução de 1930 e da ditadura do Estado Novo (1937-1945), ambas sob a liderança de Getúlio Vargas. As viagens ao interior de Minas Gerais, às cidades das antigas áreas de mineração, em 1941, permitiu-lhe, avistar e registrar cenas de um passado que, nem tão remoto, era elucidativo do funcionamento da ordem econômica, social e política na colônia e no Império do Brasil. Eram paisagens urbanas e rurais, composição étnica da população, caminhos, técnicas de trabalho, edificações, transporte, alimentação, equipamentos e utensílios, valores culturais e comportamentos cotidianos, residuais ou desaparecidos em áreas recente e rapidamente urbanizadas como eram as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Caio Prado Júnior fez do registro fotográfico um instrumento de pesquisa e documentação nas atividades do geógrafo e do historiador, perpetuado em vários álbuns que organizou sobre as viagens de trabalho e de observações em campo. As edições recentes de seu livros têm possibilitado o acesso a parte desta documentação com a reprodução de conjuntos de fotografias que ele captou em diferentes momentos de atuação profissional. Os livros de viagens, diários políticos, coleções de recortes de jornais e revistas completavam a base de dados e informações, meticulosamente coletados, ordenados e armazenados, para fundamentar análises em livros e artigos, argumentos em conferências e entrevistas, aguçar a imaginação na interpretação e na proposição de soluções concretas aos problemas e conflitos nacionais. Em 1946, o livro foi reeditado e, novamente, em 1953, com o acréscimo de nove ensaios com temáticas correlatas ao título: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. A disputa política grassava em torno do caráter nacionalista da economia e da mobilização popular na campanha pelo monopólio estatal do petróleo e a criação das empresas de energia, Petrobrás e Eletrobrás, durante o segundo governo Vargas (1951-1954). O livro reapareceu com a intenção de contestação e de transformação social, livre do capital estrangeiro e voltada para as necessidades do desenvolvimento autônomo do país. Estas serão marcas distintivas do pensamento e da atuação política do autor. Publicou o seu primeiro relato de viagem, *URSS, um novo mundo*, em 1934. O livro foi tema de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conferências e debates, alcançado rapidamente a segunda edição, proibida e apreendida pela polícia já em 1935. Nas décadas de 1940 e 1960 redigiu outros comentários de viagens aos países socialistas na Europa, Cuba e China.

A continuidade da obra histórica veio com o seu terceiro livro, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, publicado em 1942. A obra previa um estudo alentado até o século XX, no momento de sua redação. O programado não ocorreu e o título ficou reduzido ao único volume. Este oferece ao leitor extensa análise de diferentes aspectos da vida colonial, particularmente, os demográficos, econômicos e sociais. Observamos também a rotação de perspectivas em relação ao seu primeiro livro. Naquela a ênfase analítica recaiu sobre as perspectivas de mudanças políticas, ao passo que neste é a permanência e a persistência da condição social e econômica que remonta aos três séculos de domínio português. A situação era resultado da perseverança do “sentido da colonização”, o ordenamento do espaço, do trabalho, da produção, da circulação de bens e de pessoas, da administração aos ditames do jugo colonial, o fornecimento de mercadorias altamente rentáveis no mercado europeu, notadamente os produtos agrícolas e a extração mineral nas zonas tropicais. O “sentido da colonização” estaria no cerne da economia brasileira, tendo perdurado ao longo dos séculos XIX e XX. Era ele o responsável pela dependência econômica do mercado externo, da necessidade de elevados índices de produção e a baixa qualificação técnica, da brutal exploração do trabalho, da depleção de recursos florestais e dos solos agricultáveis. Fenômenos observáveis em todas as regiões brasileiras e ao longo de 400 anos de ocupação e de exploração econômica sistemática das riquezas naturais nesta porção do globo. O seu caráter essencialmente mercantil, a alma mesma da colonização, respondia pelo espírito imediatista, a ausência de investimentos, de apuro técnico e intensiva em trabalho de escravos indígenas e africanos, a partir do século XVI, e do trabalho livre na passagem para século XX, na forma de arrendamento, parceria, contratos temporários de trabalho e assalariamento de camponeses europeus empobrecidos e da mão de obra de migrantes nacionais, particularmente da região nordeste do Brasil. A organização de livro distribui em três partes os temas estudados. A primeira delas dedicada ao povoamento e ocupação do espaço colonial, fixação humana e composição resultante de contingentes demográficos de três continentes: Europa, África e América. A segunda parte aborda a “Vida material” nas áreas coloniais, as práticas agrícolas, pecuária, extrativismo, comércio, transportes e indústrias. A terceira parte é dedicada à “Vida Social”, englobando a administração colonial e as relações sociais. As partes em que o livro está dividido estão precedidas por um capítulo introdutório que coloca em evidência o “sentido da colonização” moderna. O historiador Fernando A. Novais captou o movimento analítico contido no livro ao advertir que o “sentido da colonização” é evocado em cada uma das partes e dos capítulos, elucidando metodicamente tanto as particularidades do objeto estudado, pela sua dimensão geral, quanto a pertinência desta, aferida na diversidade de situações historicamente examinadas nos tempos, espaços e relações sociais vigentes na colônia portuguesa na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

América. É oportuno observar alguns traços singulares desta que é a mais reputada obra de Caio Prado Júnior, no tocante aos métodos de análise, fontes e documentação consultadas. As fontes jurídicas são predominantes. A legislação portuguesa, as Ordenações do Reino, autos de devassas, cartas régias e decretos são o ponto de partida para compreensão do funcionamento das engrenagens da colonização. O recurso aos documentos de origem administrativa é também abundante. São *Atas da Câmara*, Memórias e relatos de viagens, de militares, missionários, comerciantes, autoridades e administradores coloniais, correspondência e dados quantitativos. Este universo diversificado de documentos, maciçamente impresso e oficial, tornou-se nuclear no livro. Primeiro, pela familiaridade do historiador paulista com papéis de natureza jurídica e administrativa, dado a sua formação em Direito. Em segundo lugar, foi essa a tipologia de documentos que prevaleceu nas compilações e edições de amostras bastante representativas, qualitativa e quantitativamente, e acessível em séries organizadas e patrocinadas por instituições culturais nas primeiras décadas do século XX. Os exemplos recorrentes são os *Anais da Biblioteca Nacional*, o *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc.*, do Arquivo Nacional, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, do Arquivo do Estado de São Paulo, das *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, do Arquivo Público Municipal. Nestas coleções, transcritas e impressas, figuravam ainda relatos de viajantes nacionais e estrangeiros, memórias, instruções e correspondência privada, eclesiástica, militar e governamental e documentação esparsa e variada. *Formação do Brasil contemporâneo* foi saudado pela crítica e aceitação do público leitor, conhecendo rápidas e seguidas reedições. A recepção em resenhas e comentários ao livro são unânimes em destacar a sua originalidade metódica sem identifica-la e nomeá-la. Ao fazer pouco uso do jargão, conceitos e fórmulas analíticas do materialismo histórico, o livro tornava-se pálido e diluiu essa identidade diante do inaugurador *Evolução política do Brasil*. Ao promover a articulação entre as especificidades regionais e o sentido geral da colonização moderna, aproximava-se da geografia regional francesa, da geografia econômica e das práticas historiográficas veiculadas pela revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Esta original combinação de métodos e disciplinas no estudo da história do Brasil seria responsável pela desorientação classificatória na recepção crítica do livro na década de 1940 e depois, à exceção da apreciação do antigo professor na USP e leitor de Caio Prado Júnior, Fernand Braudel. A motivação do autor em *Formação do Brasil contemporâneo* não foi distinta da redação de seus livros anteriores, a orientação da ação política dos comunistas e dos segmentos democráticos no Brasil. A perspectiva metodológica e a argúcia analítica do autor estiveram voltadas para dupla finalidade: explicar, de um lado, as relações de apropriação, uso e exploração da terra reinantes no Brasil, até meados do século XX, e de outro, a reiterada dependência da economia colonial e nacional na produção de gêneros tropicais e de minérios destinados ao mercado externo. O esforço intelectual voltava-se para melhor esclarecer os rumos e possibilidades para a efetivação da revolução agrária e anti-imperialista, propugnada



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pelo movimento comunista internacional, até a sua dissolução em 1943, e que sobreviveu no imaginário político de dirigentes e militantes do PCB após essa data. As especificidades da formação econômica e social brasileira e, logo, as estratégias de ação política, apontadas e defendidas pelo autor, o deixariam em rota de colisão com as sucessivas direções partidárias dos comunistas e de seus porta-vozes, até o golpe civil-militar em abril de 1964. A apreensão destas mesmas especificidades históricas responde pelo interesse intelectual e a longevidade editorial que o livro desfruta até hoje.

As análises econômica e social vão prevalecer na posteridade da publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, sobretudo com a *História Econômica do Brasil*, em 1945, a redação da tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira* para o referido concurso na Faculdade de Direito, em 1954, e os inúmeros artigos veiculados na *Revista Brasiliense*, a partir de 1955. Na década de 1950, elas dividiram suas atenções com os estudos epistemológicos que resultaram na publicação dos livros *Dialética do conhecimento*, em 1952, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, em 1957, e *Notas introdutórias à lógica dialética*, de 1959. Os estudos que realizou perseveraram no delineamento da atuação política em busca de um projeto nacional, de planejamento e de ação estatal na promoção do desenvolvimento econômico que partisse da trajetória histórica brasileira diagnosticada nas pesquisas sobre a sociedade nascida com a colonização portuguesa. A publicação da *História econômica do Brasil* atendeu ao pedido da editora mexicana Fondo de Cultura Económica e adaptou os capítulos e interpretações do livro de 1942 aos propósitos da temática editorial. Este foi o segundo livro de síntese na historiografia econômica brasileira, precedido pelos dois volumes de autoria do industrial Roberto Simonsen, publicados em 1937, sob o título *História econômica do Brasil (1500-1822)*. No volume da tese que apresentou sobre a política econômica brasileira, Caio Prado Júnior reafirmou os pressupostos de sua análise histórica como indicativo para as oportunidades que se abriam à reorganização da economia nacional no contexto do segundo pós-guerra, do esboroamento dos impérios coloniais europeus e de novos desafios para as jovens nações africanas, asiáticas e os países da América Latina, do espírito nacionalista que rondava a sociedade e a direção do Estado brasileiro. A confluência desses fatores requeria, por um lado, a compreensão das oportunidades de mudanças abertas na trajetória histórica e ao futuro da nação e, por outro, a definição de rumos e medidas para o seu impulso e efetivação baseadas na valorização do trabalho, no fortalecimento da produção e do consumo interno. Serão estas algumas das “diretrizes” buscadas na monografia para o concurso na Faculdade de Direito. Em *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, o autor aprecia criticamente as formas de organização da economia e as teorias econômicas que as concebem e explicam. O livro fechava o círculo de análises que envolvia a realidade empiricamente observada na geografia econômica regional e na história brasileira, a proposição de soluções pragmáticas à persistência de problemas ancorados no passado colonial e revigorados pela pujança do Imperialismo, o embasamento teórico que procurava sedimentar o diagnóstico formulado e as ações indutoras da mudança social no Brasil.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A compreensão da questão agrária também ocupou lugar de destaque em suas pesquisas e na reflexão política. A mobilização dos pobres, dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores no Brasil tomou impulso após 1945. Na década seguinte emergiu como problema e conflito social aberto, com a organização sindical e de associações independentes, sobretudo nos estados do nordeste do país. Ali, arrendatários de parcelas de terra localizadas junto às grandes plantações de cana de açúcar sofreram a espoliação nas condições de vida, trabalho e direitos de permanência nas propriedades, e estavam submetidos a violentos confrontos, ao assassinatos de lideranças rurais, perseguições e repressão policial. A ação dos comunistas foi tímida e *a posteriori* ao movimento social. As formulações políticas da luta camponesa e da reforma agrária animaram os debates sobre a situação social no campo, a estrutura fundiária, o caráter das relações de trabalho, o lugar da pequena produção agrícola, a organização sindical e política, entre outros aspectos. A participação do autor nos debates resultou na publicação de cinco artigos entre março de 1960 e janeiro de 1964, na *Revista Brasiliense*, posteriormente agrupados em livro, em 1979. Nos artigos Caio Prado argumentava a necessidade de superar a acentuada dualidade que marcava a estrutura fundiária brasileira: onipresença da grande propriedade rural, de um lado, e exígua expressão da pequena propriedade e com áreas bastante reduzidas, de outro. Entre as duas, uma grande massa de pobres no meio rural, gravitando em torno da posse temporária, do trabalho sazonal no campo, do assalariamento e do arrendamento da terra. Era para estes segmentos sociais, desprovidos de meios, direitos e opções, que deveriam ser voltadas as atenções políticas dos comunistas, apregoava o autor.

Caio Prado Júnior foi fundador e sócio atuante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), constituída em 1934 e simultânea à instalação dos cursos e da presença dos professores franceses desta disciplina na USP, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. A revista *Geografia*, vinculada à Associação, foi criada no ano seguinte, tendo sido Caio Prado Júnior editor e colaborador assíduo nos primeiros números. Pertencem a este momento de sua atividade intelectual os dois artigos que redigiu sobre a cidade de São Paulo, um deles publicado em *Geografia*, depois reproduzidos em *Evolução política do Brasil e outros estudos*. A revista foi meio de divulgação de ensaios, pesquisas, trabalhos de campo, resenhas e informações reunidas com a cooperação dos associados, estudantes, professores, militares e outros aficionados. A AGB manteve-se atuante e organizada nacionalmente.

Bibliografia activa : PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; PRADO Júnior, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979; PRADO Júnior, Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1972; PRADO Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; PRADO Júnior, Caio. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1962; PRADO Júnior, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

econômica. São Paulo: Brasiliense, 1957; PRADO Júnior, Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954; PRADO Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945; PRADO Júnior, Caio. *URSS, um novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934

Bibliografia passiva : D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense/Unesp/Secretaria de Estado da Cultura, 1989; BRAUDEL, Fernand. "Au Brésil: deux livres de Caio Prado". *Annales. Économies, sociétés, civilisations*, 1. Paris, 1948, pp. 99-103. ; IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007; KAREPOVS, Dainis (Coord.). *Caio Prado Júnior: parlamentar paulista*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003; MARTINEZ, Paulo Henrique. *A Dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008; NOVAIS, Fernando A.. "Caio Prado Jr historiador", *Novos Estudos Cebrap*, 2(2), São Paulo: Cebrap, 1983, pp. 66-70; RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento de Brasil: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Unicamp, 2000. ; RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34/Fapesp, 2000; SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001; SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Paulo Henrique Martinez



APOIOS:

